



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL POLÍCIA MARÍTIMA

Setembro 2014 - 1

NOTA À IMPRENSA

Expulsão da Polícia Marítima por “Deserção”

Foi hoje divulgada por diversos meios de comunicação social a detenção pela Polícia Judiciária, do agente da Polícia Marítima Paulo Guiomar, por alegada alienação parental.

Transcreve o **DN** algumas declarações tomadas do Capitão do Porto de Faro e Comandante Local da Polícia Marítima de Faro que *“Em termos militares, o desaparecimento deste agente equivale a uma deserção. Ele já está suspenso de funções e arrisca a pena máxima: expulsão da Polícia Marítima, com perda total de direitos”*.

A ASPPM considera infeliz a comparação da ausência injustificada do serviço do profissional da Polícia Marítima, punível pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, com o crime militar de “deserção” punível pelo Código de Justiça Militar.

O crime de deserção, enquanto crime militar, apenas pode ser cometido por quem tenha a qualidade de militar.

O mesmo comandante declara, ainda, que *“Nas Forças Armadas creio até que não haverá outro caso do género”*.

A ASPPM não compreende a referência do comandante da Polícia Marítima à inexistência de **“outro caso do género”** nas **“Forças Armadas”**, dado que **este não é, de todo, um caso das Forças Armadas**.

A ASPPM considera que as alusões às deserções que o comandante José Isabel disse ter conhecido que *“foram situações “muito raras” de militares que desapareceram “mas até regressaram às Forças Armadas depois de contactados”, turvam a conceção tendencialmente civilista e não militarista da Polícia Marítima que tem motivado múltiplas intervenções da ASPPM*.

A ASPPM entende que as declarações supra constituem um mau esclarecimento público formado por um paralelismo incompatível com as normas estatutárias dos profissionais da Polícia Marítima, situação que induz os *media* em convicções díspares, como aquelas que vertem do final do artigo:

“O caso é absolutamente inédito na história da Polícia Marítima. Por regra, um militar é considerado desertor caso esteja ausente por mais de seis dias do serviço. Paulo esteve dois anos.”

Em abono do rigor e da clareza a ASPPM alerta os órgãos da imprensa nacional do seguinte:

A Polícia Marítima não é uma instituição das Forças Armadas;

Os profissionais da Polícia Marítima não são militares;

O Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima não prevê a “expulsão” nem a “deserção”.

A Direção Nacional da ASPPM.